



Evangélica(s) e abortista(s): vivência, militância e atuação na Frente Evangélica pela Legalização do Aborto

Evangelical(s) and abortionist(s): experience, activism and involvement in the Frente Evangélica pela Legalização do Aborto

Mônica Louza
ENSP/Fiocruz

E-mail: monicacastrorj@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2091-157X>

Resumo

O presente artigo trata sobre a atuação de mulheres evangélicas progressistas da Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (FEPLA) através de cenas vividas pela autora deste texto, uma das integrantes do coletivo. Em geral, o aborto é percebido como tema tabu, especialmente nas igrejas protestantes, que o enxergam a partir do discurso da criminalização e do pecado. A FEPLA contrária a esse posicionamento defende que as mulheres que abortam devem ser acolhidas, cuidadas e orientadas. Elas precisam de mãos estendidas e não de algemas nos punhos. A FEPLA não possui como objetivo ser entendida como a verdade absoluta do cristianismo, mas luta para que reconheçam que há outras perspectivas além da hegemônica conservadora. Defende-se, então, que a criminalização do aborto é contrária aos direitos humanos, por ser uma política que não cuida e mata mulheres, especialmente as pobres e negras, as mesmas que enchem os bancos das igrejas evangélicas. Assim, a FEPLA acredita na sacralidade da vida, na política de redução de danos e de desencarceramento visando extirpar a subalternidade e opressão imposta às mulheres religiosas.

Palavras-chave: aborto; mulheres evangélicas; religião; justiça reprodutiva.

Abstract

This article discusses the work of progressive evangelical women from Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (FEPLA) through scenes experienced by the author of this text, one of the members of the collective. In general, abortion is perceived as a controversial topic, especially in Protestant churches, which frame it through the discourse of criminalization and sin. Contrary to this position, FEPLA argues that women who have abortions should be welcomed, cared for, and guided. They need a helping hand, not handcuffs. FEPLA does not aim to be understood as the absolute truth of Christianity, but fights for the recognition that there are other perspectives beyond the conservative hegemony. It argues that the criminalization of abortion is contrary to human rights, as it is a policy that does not care for women and kills them, especially poor and black women, the same women who fill the pews of evangelical churches. Thus, FEPLA believes in the sanctity of life, in harm reduction and decarceration policies aimed at eradicating the subordination and oppression imposed on religious women.

Keywords: abortion; evangelical women; religion; reproductive justice.



Abortista é uma palavra normalmente usada de forma pejorativa, contudo neste texto ela é reappropriada como uma identificação: abortista sim! E com muito orgulho! Este relato de experiência visa mesclar as minhas vivências pessoais religiosas e militantes com a criação e trajetória da Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (FEPLA), coletivo o qual integro. A existência de uma mulher periférica bissexual abortista e evangélica pode ser mais comum do que muitos imaginam. O objetivo desse texto é apontar a heterogeneidade que a religiosidade evangélica contém. Além disso, também pretendo indicar que a mistura entre cristianismo evangélico e aborto, à primeira vista, geralmente é entendida como uma mistura incompatível, mas posso afirmar: é uma mistura que pode dar certo.

O ano era 2018 e há algum tempo eu já sentia um grande incômodo: preciso me articular politicamente! Este desejo não era sobre qualquer tema, naquele momento, o que me inquietava eram as questões de gênero, em especial os direitos das mulheres. Eu estava com os olhos atentos ao que poderia fazer ou me somar. Naquele mesmo ano, participei como ouvinte da *Mesa de debate: Cristianismo e a descriminalização do aborto — desafios e possibilidades da ADPF 442* (Unitevê, 2018), na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Neste evento, ouvi algumas palestrantes e, dentre elas, três religiosas (duas evangélicas e uma católica) discursando sobre a relação entre a sua fé e o abortamento. Aquela conversa abriu os meus olhos para esta temática!

Cena 1

Ônibus 1, desce, ônibus 2. Atravessa a ponte. Niterói. UFF. Auditório lotado, sensação de pertencimento por estar na universidade que me formei, felicidade e expectativa por desejar saber o que será dito pelas palestrantes, afinal não costumava encontrar com facilidade discussões que envolviam religiões que não exorcizavam o aborto, ou que, ao contrário, defendiam esse direito. No discorrer da fala de uma das palestrantes, um grito:

– “VOCÊ ESTÁ EXCOMUNGADAAAAAAA!”



Desse modo, escandaloso, gritou um jovem (muito) branco na Universidade Federal Fluminense (UFF) durante o evento, mencionado acima, que tratou sobre justiça reprodutiva, aborto e religiosidade. O tal jovem se autorizou a gritar enquanto uma representante da ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) fazia a sua fala. Ele gritou a ponto de ficar com o rosto vermelho! Certamente, ele queria ser ouvido, mas qual era o seu objetivo?

Cena 2

No mesmo evento, eu seguia atenta a cada fala. Estava absorvida e num dos momentos ouvi:

– “Se ocorre uma gravidez e a mulher não deseja prosseguir, mas o homem sim, quem decide é a mulher. Se o homem quer ser pai, ele que procure uma mulher que queira ser mãe”.

Essas foi uma das frases emblemáticas que este evento me apresentou. Lembro quando estava engatinhando nas temáticas sobre abortamento, quando me questionava sobre essa possibilidade de um genitor desejar o prosseguimento da gestação e o outro não. Quando Rosângela, de forma direta, em poucos segundos, expôs o que ela acreditava, me lembro de sentir (metaforicamente) uma explosão na minha cabeça. Uma frase simples possibilitou que eu, uma jovem mulher religiosa, naquele momento, tivesse uma expansão de pensamentos. A vivência evangélica conservadora não permite o questionamento, em especial nos temas tabus, como o aborto. Então, ouvir pela primeira vez de forma pública uma mulher religiosa convicta da autonomia corporal de uma mulher foi quase inacreditável.

Cena 3

As palestrantes revezavam as falas e eu seguia interessada. Diversas falas me chamaram muita atenção, mas a fala de uma palestrante evangélica me impactou sobremaneira por ela trazer uma conversa cotidiana com uma familiar.



- “Mãe, então, você também é a favor da descriminalização do aborto!”

Nesse mesmo evento, Camila Mantovani, ex-integrante e uma das fundadoras da FEPLA, contou um interessante diálogo que teve com a sua mãe que a interpelou, se dizendo muito entristecida com ela, sua filha, por ser a favor de assassinato de bebês. Camila, de maneira muito cuidadosa, didática e inteligente, perguntou a sua mãe, que é pastora, quantas mulheres já a procuraram no gabinete pastoral dizendo que fizeram um aborto. Sua mãe respondeu que muitas! Em seguida, Camila perguntou para quantas a sua mãe tinha chamado a polícia. Sua mãe assustada respondeu que para nenhuma, já que elas precisavam de acolhimento e oração, pois geralmente estavam despedaçadas. Camila finaliza o diálogo explicando para sua mãe que ela também é a favor da descriminalização do aborto, já que ela sabia que essas mulheres tinham cometido um crime e não acionou a polícia para que fossem presas. Sua mãe já faz o que a FEPLA e tantos outros movimentos religiosos progressistas acreditam: as mulheres que abortam devem ser acolhidas, cuidadas e orientadas. Elas precisam de mãos estendidas e não de algemas nos punhos.

A conversa acima teve um final surpreendente! Estas cenas, que são fragmentos da minha memória, tiveram um grande impacto em mim! A representatividade importa e ver mulheres cristãs inteligentes defendendo e argumentando sobre o que pensam foi lindo de se ver! Como diz a Maricel López (2015), teóloga e doutora em Ciências da Religião, na história de variadas religiões, normalmente são os homens que se apoderam do que é sagrado e criam as doutrinas que impõem silêncio, sofrimento e culpa às mulheres, mesmo estas sendo, muitas vezes, a maioria nas religiões. Para combater isto, os estudos feministas da religião denunciam as violências feitas em nome da religião, de Deus e afins.

Estudar e aprimorar os conhecimentos principalmente sobre o que não é dito nos púlpitos das igrejas é essencial. Ao me aproximar da FEPLA e da teologia feminista, conheci o conceito justiça reprodutiva, conceito primordial para compreender a temática dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas que gestam. A justiça reprodutiva é uma noção criada em 1994 por mulheres negras que se intitulavam Mulheres Afrodescendentes por Justiça Reprodutiva nos Estados Unidos.



Três anos depois, o Coletivo Sistersong engajou em sua difusão definindo o conceito da seguinte maneira: o direito de ter filhos conforme as próprias escolhas; o direito de não ter filhos através da abstinência, dos métodos contraceptivos ou do abortamento; e o direito de os pais criarem os seus filhos em ambiente saudável e seguro (Ross, 2017).

De acordo com Loreta Ross (2017), referência na temática da justiça reprodutiva e cofundadora do Coletivo Sistersong, a justiça reprodutiva tem como objetivo visibilizar a importância de se atentar às opressões interseccionais, como racismo, sexismo, pobreza e colonialismo, que impactam negativamente a vida e a integridade corporal das mulheres negras. Isso aponta que não adianta lutar apenas pelo direito ao aborto, mas é necessário lutar pelos direitos reprodutivos e pela justiça social, ou seja, não é suficiente acessar ao aborto e não ter água encanada, não ter renda ou moradia. A autonomia corporal, a liberdade sexual, os direitos humanos, econômicos, culturais e ambientais, a cidadania e a democracia são fundamentais para uma vida digna!

Assim, depois de viver tantas emoções e reflexões, na semana seguinte ao evento na UFF, eu entrei em contato com a FEPLA, que naquele momento, coincidentemente, abriu vagas para novas integrantes, e comecei oficialmente a participar dessa militância. No mês seguinte, agosto de 2018, fui com as companheiras da FEPLA para Brasília, local onde ocorreu o Festival Pela Vida das Mulheres e as audiências públicas da Arguição de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que pleiteia ao Supremo Tribunal Federal (STF) a descriminalização do aborto até a 12^a semana de gestação.

1. Nascimento da Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (FEPLA)

A ADPF 442 é um importante instrumento jurídico em tramitação no STF, ajuizada em 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Ela pede pela descriminalização do aborto até a 12^a semana e também requer a exclusão dos artigos 124 e 126 do Código Penal Brasileiro que criminalizam o aborto tanto para a pessoa que gesta quanto para aqueles que a auxiliam. O argumento norteador é de que a criminalização do aborto fere e viola os princípios constitucionais da dignidade da



pessoa humana, da não discriminação e da cidadania, além dos direitos fundamentais à inviolabilidade da vida, à igualdade, à liberdade, à saúde, à proibição de tortura ou tratamento desumano ou degradante e ao planejamento familiar (STF, 2017).

Em meados de 2017, durante as discussões em torno da ADPF 442, a sociedade civil, políticos, religiosos e outros atores se mobilizaram, uns favoráveis e outros contrários. Nesse momento, alguns líderes religiosos argumentaram que o Brasil é um país religioso e, segundo eles, como nenhuma religião é favorável à descriminalização do aborto, isso não deveria ocorrer. Um grupo de mulheres evangélicas progressistas, que também estavam mobilizadas com a discussão da ADPF, entendeu a importância de fazerem uma marcação política, uma disputa de narrativa entre aborto e cristianismo, nascendo, assim, a FEPLA.

A FEPLA inspirou-se na ONG Católicas Pelo Direito de Decidir (CDD), coletivo político internacional, criado em 1993, por mulheres católicas que questionam determinadas leis eclesiásticas, em especial as leis ligadas à autonomia das mulheres sobre os seus corpos, aos direitos reprodutivos e ao abortamento (CDD, s.d.). A FEPLA não tem como objetivo ser vista como uma verdade absoluta do cristianismo. Todavia, o grupo se pretende como uma das narrativas possíveis do evangelho. Esse grupo se levantou para dizer: “Não em nosso nome!”. Não será em nosso nome que dirão discursos misóginos, racistas, LGBTfóbicos e afins! Além disso, a FEPLA percebeu a importância de mobilizar e fomentar a discussão nas igrejas sobre a ADPF 442, principalmente nas periferias, onde estão grande parte das igrejas sustentadas por mulheres negras, aquelas que são as maiores vítimas do aborto inseguro e do encarceramento.

Logo no início do coletivo já se iniciaram as perseguições nas redes sociais e pessoalmente. Grupos religiosos conservadores possuem como finalidade não polarizar a discussão sobre o aborto, eles visam ser a única narrativa, a narrativa da criminalização, do pecado. De um lado estava a FEPLA fazendo trabalho de base, sensibilizando mulheres evangélicas periféricas sobre a justiça reprodutiva, o direito ao aborto, a violência doméstica. Do outro lado, estavam esses grupos que perderiam muito se os membros de suas igrejas mudassem os seus pensamentos.



Com a perseguição, a FEPLA se reconfigurou, muitas companheiras saíram, mas o grupo seguiu. A mobilização continuou a aspirar que grupos e igrejas progressistas acionados tratassem sobre a temática do aborto em suas reuniões e, se possível, virassem *amicus curiae* da ADPF 442, expressão em latim que significa amigos da corte. Os *amici curiae* são pessoas ou organizações que auxiliam com esclarecimentos, informações, dados e pesquisas sobre questões relevantes do processo para ajudar o Tribunal na busca por uma decisão mais fundamentada e justa. Quando passei a integrar a FEPLA, no ano seguinte da sua criação, em poucos dias já viajei para Brasília com as companheiras para vivenciar o Festival Pela Vida das Mulheres e as audiências públicas da ADPF 442. O festival organizado pela Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto (FNPLA), composta por diversos coletivos e articulações feministas, teve como objetivo ser um encontro mobilizador, já que foi realizado nos mesmos dias e a poucos passos do STF, onde ocorriam as audiências públicas da ADPF 442. Esse evento contou com oficinas, rodas de conversas, manifestações culturais e artísticas para fomentar as discussões sobre justiça reprodutiva e, para engrossar esse debate, firmou a criação da Campanha Nem Presa Nem Morta como uma estratégia de incidência e comunicação no país (NPNM, 2018).

Cena 4

Madrugada do dia 6 de agosto de 2018, horário que costumeiramente se dorme, mas não naquele dia. Estava bem escuro, com certa brisa do cerrado brasileiro, e tínhamos uma convicção: queremos a laicidade do Estado! As feministas que participaram do Festival Pela Vida das Mulheres juntaram esforços para simbolizar a nossa sede pela laicidade, além de aproveitar o ensejo para conquistarmos o maior número possível de assentos no auditório do STF.

Lembro da felicidade em ver diversas companheiras através de um emaranhado de crenças e da não crença lutando por um objetivo em comum. Naquele momento, eu vivenciava um sentimento de plenitude, via muitos olhinhos reflexivos e respeitosos



que seguravam velas e faziam silêncio em respeito à morte de mulheres vítimas do aborto inseguro e clandestino. O silêncio foi interrompido pela fala:

– “Nos levantamos de tantas crenças e da não crença para clamar que a laicidade não seja mais uma vez golpeada nesse país. (...) Nos levantamos em defesa da vida, denunciando um projeto de morte arquitetado politicamente por setores religiosos nefastos. Dos treze expositores do dia de hoje, duas mulheres em defesa da vida e onze homens sacerdotes do genocídio contra nós mulheres defendendo a manutenção da política que tem assassinado tantas mulheres e tem destruído tantas famílias. Em memória delas que estamos aqui.” (FEPLA, 2018)

O trecho acima é parte da fala proferida por uma das integrantes da FEPLA durante a vigília inter-religiosa realizada em frente ao STF. A FEPLA ficou responsável pela organização e realização da vigília que ocorreu na madrugada antes de iniciar o segundo dia de audiência pública da ADPF 442, o dia dos expositores religiosos. A pretensão era interceder pela laicidade do STF, relembrar as mortes de diversas mulheres por aborto clandestino e inseguro e garantir nossa entrada na audiência, já que iniciariámos cedo a fila para o evento. Foi incrível ver como a nossa organização funcionou para enchermos o auditório! Apesar da extrema-direita ter levado várias pessoas, inclusive em ônibus, estas chegaram depois de nós!

As audiências ocorreram nos dias 3 e 6 de agosto de 2018 no STF. No primeiro dia, assistimos à audiência pelo telão do festival, em frente ao Museu da República. Esse dia contou com expositores ligados à saúde, representantes da sociedade civil e movimentos sociais. Já o segundo dia foi voltado para os expositores religiosos, no turno da manhã, e para os expositores ligados ao direito e ao campo jurídico, à tarde. Assistir à reverenda Lusmarina, teóloga e pastora representando o Instituto de Estudos da Religião (ISER) e à Maria José Rosado, fundadora e presidente da CDD, organização que representou, doutora em Sociologia e professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como expositoras favoráveis à ADPF foi incrível! Elas duas deram uma aula de como religiosas progressistas se posicionam em relação à autonomia das mulheres, o direito de decidir sobre os seus corpos e o abortamento tendo como pano de fundo a sua fé, o cristianismo evangélico e católico, respectivamente.



Cena 5

Chegamos bem cedo, conquistamos os nossos lugares no auditório, estávamos ansiosas pelo início da audiência. Colocamos o nosso ramo de arruda atrás da orelha simbolizando a nossa luta. Sabíamos que possivelmente só teríamos dois votos em consonância com a ADPF 442, mas isso não tirava a nossa expectativa e esperança. Escutamos argumentos mentirosos e desonestos que visibilizavam o desespero de quem tentava convencer a Corte a desaprovar o projeto. Lusmarina era a única representante evangélica que usaria a sua fé para promover dignidade às pessoas que gestam através da defesa dos seus direitos, especialmente ao abortamento. Em sua fala corajosa e firme disse:

– “(...) o aborto não é condenado na Bíblia, pois não é considerado nem pecado nem crime no período neotestamentário ou dentro da lei mosaica. Aliás, no Pentateuco, recém-nascidos com menos de um mês não eram considerados pessoas, razão pela qual não eram registrados nos censos. Também não há determinação bíblica acerca de quando a vida começa.” (Lusmarina Garcia)

Na sociedade, as discussões sobre aborto ainda são insuficientes. Nas igrejas essa discussão quase inexiste e, quando o tema é mencionado, há grande probabilidade de ele ser tratado através da moralidade e do pecado. Como diz Lusmarina: “O aborto é uma questão de saúde pública e questões de saúde pública não devem ser resolvidas através do direito penal, nem da bíblia, sobretudo por uma interpretação enviesada por interesses masculinos.” (ISER, 2018, p. 7). Ela, em sua exposição na audiência pública da ADPF 442, traz este trecho acima e tantas outras informações preciosas, mais uma vez senti aquela sensação de cabeça explodindo, expandindo os pensamentos.

Lusmarina Garcia (2019) me ensinou que a Bíblia não condena o abortamento. Há apenas três passagens bíblicas que mencionam essa palavra. A primeira, localizada no livro de Éxodo 21:22-23, afirma que se uma mulher gestante for machucada e abortar devido a uma briga entre o seu marido e outro homem, o agressor apenas deve uma indenização ao marido, o que indica que o feto não é visto



como um ser vivo, já que nem a mulher nem o agressor eram condenados à morte, como ocorria em outras situações de acordo com a Lei de Talião, vida por vida.

A segunda passagem encontra-se no livro de Números 5:11-34, e o aborto é um ritual realizado pelo sacerdote que obrigaria uma mulher a tomar cadaverina (líquido fétido criado através da decomposição de matéria orgânica) nas situações em que um marido enciumado não pudesse comprovar a infidelidade de sua esposa, caso a mulher abortasse era comprovado que ela foi infiel e poderia ser punida. O terceiro exemplo está no livro de I Coríntios 15:8, no qual o apóstolo Paulo de forma metafórica, refere-se a si mesmo como ‘um aborto’, pois era ‘o menor dos apóstolos’. (Garcia, 2019).

Cena 6

Escutar as mais velhas, reverenciá-las, aprender. Estar nesta audiência pública e poder ver, não apenas ler nos livros, mas estar presente enquanto duas mulheres fazem história no STF. Lusmarina Garcia e Maria José são inspirações. É com essa certeza que vivi a experiência de assistir e aplaudi-las. Maria José com voz calma e imponente discorreu didaticamente sobre os motivos pelos quais aborto e religião não estão em lados opostos. Ela disse:

– “O respeito a esse direito de realizar a maternidade como fruto de decisão pessoal exige um Estado que não seja regido por qualquer credo religioso. Um Estado laico. (...) A decisão por um aborto pode ser tão moralmente aceitável como aquela de manter a gravidez. (...) conservadorismo moral que confina as mulheres no único papel de mães e esposas (...) É desumano e imoral, exigir das mulheres que se façam mães simplesmente porque são dotadas da possibilidade biológica de gestar.” (CDD, 2018).

Maria José Rosado nos brindou com sua fala e ainda nos ensinou que o aborto não é um dogma da Igreja Católica e por não ser dogma é possível debater e questionar. Estas duas expositoras em suas falas de aproximadamente 20 minutos, me ensinaram mais sobre a relação entre cristianismo e aborto do que tinha aprendido na minha vida inteira até aquele momento.



Cena 7

Terços em mãos. Fetos de plásticos sendo jogados. Orações sendo feitas em forma de cochicho. Olhares desconfiados, muitos olhares desconfiados. Naqueles dias de Festival Pela Vida das Mulheres e audiências públicas da ADPF 442 pude ter experiências maravilhosas, conhecer gente disposta a conversar sobre justiça reprodutiva, mas também vi o lado grotesco da moralidade e conservadorismo, inclusive das minhas aliadas. Ao entrar na audiência pública muitos religiosos, principalmente os que não conseguiram entrar no auditório rezavam, esbravejavam e lançavam olhares intimidadores para as feministas que passavam pela antessala. Deles a gente já espera o pior, mas foi e é muito duro ver o olhar desconfiado de companheiras feministas para as feministas cristãs. Em diversos espaços parecia que eu sempre precisava me explicar “eu sou evangélica, mas...”. Sei que a religiosidade evangélica, em especial a midiática, pode ser misógina, racista, LGBTfóbica, classista e afins. Entretanto, é fundamental que percebam como o campo religioso não é homogêneo. Há muitas pessoas e organizações religiosas progressistas que lutam diariamente pela justiça social, justiça reprodutiva, pelo desencarceramento da população pobre e preta, entre outros.

Ao rememorar esses dias, sete anos depois, ainda sinto a felicidade e o desconforto. A felicidade de participar ativamente de um momento histórico, o julgamento de uma ADPF *in loco*, no STF, além de me juntar às companheiras de diversas localidades do Brasil para fazer marcação política, fortalecer o debate sobre abortamento e comemorar o nosso encontro e mobilização. O desconforto por estar num local em que achei que seria recebida de braços abertos, mas onde certos olhares e perguntas ditas despretensiosas deixaram marcas.

Ao longo dos últimos anos, principalmente com o avanço desmascarado da extrema direita religiosa no país, o movimento feminista e de outras lutas progressistas têm entendido mais a importância do diálogo com a população religiosa e que nós, religiosos progressistas, somos seus aliados e sabemos melhor do que ninguém sobre estratégias para chegar até esse público. Ao perceber a magnitude tanto de tamanho quanto de poder político do campo religioso, não é possível fazer



qualquer revolução sem diálogo com os religiosos. Como disse Camila Mantovani (Unitevê, 2018), seria um erro estratégico!

2. O caminhar da FEPLA: tensões, desafios e potências

Voltamos de Brasília revigoradas, animadas e desejosas por mudanças estruturais nas políticas de justiça reprodutiva do país. Fizemos várias reuniões, pensamos e repensamos na nossa incidência política e religiosa, fizemos parcerias. E no meio de tanta atividade e anseio por dias melhores fomos abatidas mais uma vez, e de forma mais intensa, pela perseguição política religiosa.

Cena 8

"Mensagens ameaçadoras. Perseguição. Medo. Muito medo. Ser seguida na rua. Não saber onde está segura. Contar para um punhado de pessoas. Elas também ficam receosas. Gente na porta de sua casa armada. Mudanças de endereço e rotina. Sua família sendo ameaçada. Mais medo. Exílio. Esses são flashes que retornam à minha memória quando lembro do que gostaria de esquecer. Uma companheira, muito próxima, também evangélica feminista, precisou se exilar em 2019 devido a ameaças que se iniciaram no ano anterior. Para nós, esse já era um prenúncio do que viveríamos nos quatro anos seguintes, no governo Bolsonaro (2019-2022).

Momentos de terror para ela e de desespero para nós! Quem fica também tem medo! Medo de como ela vai viver em outro país no status de exilada. Medo se teremos ou não notícias dela. Desejo imenso de vê-la livre. Terror ao pensar que podemos ser as próximas! Só de lembrar nesses últimos meses, antes do seu exílio, o coração acelera, a garganta fecha e as lágrimas ficam retidas. Parece que a realidade fica em suspenso. Eles nos tiraram a nossa amiga! Eles marcaram a sua carne e a sua mente. Como se sentir após o exílio? Como voltar à vida? Como continuar tocando a militância depois disso tudo? Vamos apenas enxugar gelo? Vamos desistir? Vamos fingir que não desistimos, mas vamos ficar paralisadas?



Essas perguntas ainda me assombram. Todas fomos marcadas com esse exílio. Finalmente choro de soluçar!” (Louza, 2024, p. 48-49).

Descrevi essa cena na minha dissertação de mestrado em Saúde Pública. Este tema mexe tanto comigo que é difícil, muito difícil, escrever sobre isso novamente. Todas nós que vivenciamos de perto as perseguições e ameaças à nossa companheira sabíamos que o objetivo era nos calar! Ela, uma mulher jovem, com menos de 25 anos, teve em sua vida a marca do exílio. A mesma instituição que a estimulou a lutar pelos direitos humanos e pela vida das mulheres foi a instituição que a perseguiu. Até no momento de sua despedida, ela nos brindou com o seu desabafo e questionamentos:

Perdi meus direitos porque um Brasil governado por evangélicos é um Brasil antipovo, antidireitos, antipluralidade, tão importantes para assegurar a democracia! Estou indo embora do país em exílio depois de esgotar todas as minhas possibilidades de ficar aqui e permanecer viva. Lutei o quanto pude pra não ter que sair, mas me colocaram no limite. Estou indo porque quero viver e quero viver porque quero continuar a construção de um outro mundo. Estou indo porque quero deixar minha família e meus amigos seguros.

Estou indo, mas continuo a denúncia da barbárie que esse país se tornou sendo um país tão evangélico! Sigo na luta, porque a despeito da Igreja hegemônica que persegue e mata quem ousa contrariá-la, eu tenho comigo a força do Nazareno, do Deus que encarnou preto e pobre, do Deus que valorizava as mulheres. Eu sigo com Jesus Cristo, apregoando o Reino de Deus, mesmo que isso me custe a Cruz!

Me tiraram tudo, mas o sorriso de quem tem paz no coração fica! Aqui ou em qualquer lugar eu sigo pela vida das mulheres, pelo respeito à diversidade, pela garantia da democracia, contra o fundamentalismo religioso! Da luta, não me retiro. (Sudré, 2019)

O avanço das forças neoliberais conservadoras e religiosas nos últimos anos, de acordo com a cientista política Flávia Biroli (2021), é um movimento que coaduna com a crise da democracia brasileira, e cujo início fica evidenciado em dois eventos: em 2016, no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) e em 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro, cujo governo estimulou e fortaleceu uma política antidemocrática, antipluralista e que desincentiva as conquistas do que é público. As privatizações, os ataques à Constituição Federal de



1988, a moral, os valores cristãos, o individualismo e o familismo foram fomentados nesse governo.

A justiça social e da diversidade ganharam contornos de desimportantes. Houve significativa redução de investimento público em áreas imprescindíveis como saúde e educação, retrocedendo direitos individuais e sociais, em especial na justiça reprodutiva. O familialismo, conceito de fortalecimento da família nuclear, como principal rede social dos indivíduos, aponta não apenas uma posição conservadora, mas também indica que tipo de família e modo de vida são válidos: família branca, heterossexual, cisgênera, cristã, composta por papai, mamãe e filhos (Biroli, 2021). Isso já nos mostra uma das incongruências deste tipo de pensamento — não se pode ensinar educação sexual nas escolas, nem na família, mas se engravidar não pode abortar, mesmo que seja resultado de um estupro. O dever da mulher é ser mãe, mas se for uma mulher negra empobrecida e favelada, ou que faz uso de substâncias psicoativas, ou com transtornos psíquicos, ela será questionada, proibida, esterilizada forçosamente ou ter seus filhos retirados após o nascimento.

Após o início deste governo, em 2020, vivenciamos a pandemia de Covid-19. Além de termos visto as inconsequentes atitudes do governo federal ao não cuidar de sua população num momento tão delicado de saúde pública, vimos disparar os números da violência de gênero (Pimentel & Martins, 2020). A FEPLA, ao pensar nas nossas irmãs de fé que estavam passando por uma maior vulnerabilidade em virtude do isolamento social, convidou diversos movimentos feministas religiosos e culminou no Projeto Rede Madalenas.

O projeto Rede Madalenas, que durou de julho de 2020 à julho de 2021, foi feito para acolher e escutar ativamente as mulheres religiosas que estivessem em situação de violência, tanto mulheres que são ou foram marginalizadas em suas comunidades de fé seja em razão de raça, orientação sexual, identidade de gênero; mulheres em situação de abortamento; mulheres que passam por algum tipo de sofrimento psíquico e são taxadas como menos espiritualizadas por isso; mulheres que optam por viver sua sexualidade de forma livre dos dogmas religiosos, entre tantas.

Muitas dessas mulheres, ao nos procurarem, relatavam não ter apoio de suas lideranças religiosas para enfrentarem as agressões sofridas, além de, em muitos



casos, serem culpabilizadas ou levadas a aceitar o comportamento agressivo, diante do discurso que exige obediência e submissão à figura masculina ou qualquer outro agente de opressão. As acolhedoras eram mulheres evangélicas de 21 a 54 anos; negras, pardas e brancas; maioria heterosexual, seguida de bissexuais e lésbicas; representantes das regiões Nordeste e Sudeste do país, além da maioria ser da denominação Batista.

As participantes do projeto escolheram o e-mail como forma de acolher as mulheres por ser um meio possível de ser acessado ao mesmo tempo por várias pessoas em vários locais do Brasil. O projeto foi procurado para 32 acolhimentos sendo 12 deles tratando da temática do abortamento. Este foi um movimento muito importante de cuidado com às nossas irmãs de fé. Para nós, o nosso trabalho pressupõe acolhimento, pois as mulheres em situação de abortamento, em especial as evangélicas, já costumam ter que lidar com a culpa de si mesmas e impostas pelos outros e pela religiosidade. Nesses momentos delicados, elas precisam ser lembradas que Deus é amor e graça, ele cuida!

Após esse projeto, nós da FEPLA realizamos o curso *Bíblia, Mulheres e Justiça Reprodutiva* que resultou no livro de mesmo nome. Entendemos a importância de formar e mostrar argumentos que envolvam cristianismo e abortamento/justiça reprodutiva. Seguimos informando, participando de atos, construindo parcerias e almejando um mundo livre de opressões.

Nós acreditamos que a criminalização do aborto é contrária aos direitos humanos, por ser uma política que não cuida e mata mulheres, especialmente as pobres e negras, as mesmas que enchem os bancos de nossas igrejas. Acreditamos na sacralidade da vida, na política de redução de danos e de desencarceramento visando extirpar a subalternidade e opressão imposta a nós, mulheres religiosas. Nós acreditamos na vida e na vida em abundância! Amém!



Referências bibliográficas

- BIROLI, Flavia. 2021. *Direitos Reprodutivos, Religião e o Processo de Desdemocratização da Sociedade Brasileira*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 16 jun. 2021. Vídeo (1h:52min). [Live]. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yd5nG7W6VCE&t=5039s>. Acesso em 10 jun.2025
- CDD. Católicas pelo Direito de Decidir. S.d. *Sobre Nós*. Disponível em: <https://catolicas.org.br>. Acesso em 30 jun 2025.
- CDD. Católicas pelo Direito de Decidir. 2018. *Confira discurso de Católicas na Audiência Pública sobre a ADPF 442 no STF*. Disponível em: <https://catolicas.org.br/noticias/confira-discurso-de-catolicas-na-audiencia-publica-sobre-a-adpf-442-no-stf/>. Acesso em 19 jun.2025.
- FEPLA. Frente Evangélica pela Legalização do Aborto. 2018. Vídeo da vigília inter-religiosa pela laicidade do STF e em memória das mulheres mortas em abortos clandestinos. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteevangelicapelalegalizacaodoaborto/videos/2241265162769100>. Acesso em 30 jun 2025.
- GARCIA, Lusmarina. 2019. *Desriminalização do aborto e teologia*. In: TOSTES, Angelica. RIBEIRO, Claudio. (orgs.) *Religião, corporeidade e direitos reprodutivos*. São Paulo, Annablume, p. 107-122.
- LÓPEZ, Maricel Mena. 2015. *Género y Estudios de la Religión*. Horizonte, Belo Horizonte, 13(39), p. 1199-1205, jul./set.
- LOUZA, Mônica. 2024. *Verde Esperança*: atuação do feminismo evangélico e as tensões na acolhida de mulheres de fé em abortamento. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca.
- NPNM. NEM PRESA NEM MORTA. 2018. *Festival pela Vida das Mulheres*. Disponível em:<https://nempresanemmorta.org/galerias-de-imagens/2018/08/festival-pela-vida-das-mulheres>. Acesso em 20 jun.2025.
- ROSS, Loretta. 2017. *Reproductive Justice as Intersectional Feminist Activism*. Souls, 19(3), p. 286-314, jul.
- STF. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2017. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442/DF*. Relatora: Ministra Rosa Weber. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoelectronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5144865>. Acesso em 30 jun.2025.



SUDRÉ, Lu. 2019, 29 abr. *Evangélica defensora da legalização do aborto deixa o Brasil após ameaças de morte, Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/29/evangelica-defensora-da-legalizacao-do-aborto-deixa-o-brasil-apos-ameacas-de-morte/>. Acesso em 30 jun. 2025.

UNITEVÊ. 2018. *Mesa de debate: Cristianismo e a descriminalização do aborto - desafios e possibilidades da ADPF 442*. TV Universitária UFF. [Niterói, RJ]: Universidade Federal Fluminense, 20 de jul. de 2018. Vídeo (2h:19min). [Live]. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tpQcPoaF7q8>. Acesso em 25 jun.2025.